

SUS passa a oferecer mais quatro vacinas para crianças



Eta Fúria/ABR

Enfrentamento à pneumonia, hepatite A, meningite e varicela ganha força na saúde pública

A inclusão das quatro novas vacinas no calendário básico de vacinação foi aprovada ontem em Plenário e depende apenas da sanção presidencial para virar lei. A implantação da medida, que visa reduzir a mortalidade infantil, ficará a cargo do Sistema Único de Saúde (SUS). **4 e 5**

Campanha de vacinação em Brasília: cartão da criança deverá conter outras quatro imunizações

Pedidos para ouvir Erenice e Dilma são rejeitados

CCJ derruba proposta de ouvir ex-ministra Erenice Guerra sobre denúncias na Casa Civil e Alvaro Dias retira pedido similar relacionado à presidente eleita, Dilma Rousseff. **6**



José Cruz/Senado Federal

Entre Renan Calheiros (E) e Romero Jucá, Demóstenes Torres conduz reunião da CCJ que aprovou diversos projetos

Combate à mortalidade materna terá reforço no SUS

Atletas serão obrigados a fazer exame periódico

Bancário não poderá ser demitido por inadimplência

Vai à sanção presidencial projeto de lei aprovado em Plenário que proíbe a demissão por justa causa de bancários "por falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis". **7**

Ministro e atletas pedem reforço orçamentário

No dia em que o Orçamento 2011 começou a receber emendas, o relator Gim Argello recebeu pedido de atletas para destinar mais recursos para o esporte. **3**

Os campeões Maurício (vôlei), Cafu (futebol) e Flávio Canto (judô) integraram comitiva que visitou Gim Argello



Márcio Kallume/Senado Federal

Rótulo deverá expor risco à saúde causado por aspartame

Falta permitida a trabalhador para exame de câncer

O trabalho, que será publicado hoje, define os objetivos e as estratégias da secretaria para os próximos oito anos e pretende tornar o Senado "referência em comunicação pública", ampliando participação da sociedade no processo

Mesa aprova plano estratégico de Comunicação Social para 2010-2018

A MESA DIRETORA do Senado homologou ontem o Plano Estratégico da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) para os próximos oito anos. Transformado em ato da Mesa, o documento foi aprovado por unanimidade. Coube ao diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita, fazer uma explanação do plano aos senadores que participavam da reunião.

Resultado de sete meses de trabalho, o plano estratégico de comunicação para o período 2010-2018 tem como objetivo principal tornar a secretaria "referência em comunicação pública, levando as atividades do Senado a um número cada vez maior de pessoas, de modo a ampliar a participação da sociedade no processo político".

O plano, a ser publicado hoje, foi apresentado em julho ao presidente do Senado, José Sarney, também pelo diretor da Secs. O trabalho foi feito em parceria com o Prodasen (Secretaria Especial de Informática), sob a coordenação de Luiz Eduardo Tostes e sua equipe: Carlos Eduardo Postiga, José Augusto de Oliveira, Mario Roberto de



José Sarney preside reunião da Mesa que também começou a esboçar a distribuição de gabinetes para os senadores

Aguiar e José Coelho Ávila.

Na reunião da Mesa, Sarney elogiou o trabalho da Secs e do Prodasen e salientou que todo o planejamento foi feito sem custo para o Senado.

Durante a reunião, a Mesa

diretora também aprovou requerimentos de informações a ministérios e começou a esboçar a distribuição dos gabinetes para os senadores na próxima legislatura.

– Mapeamos os pedidos re-

cebidos pelos senadores e, de acordo com os critérios estabelecidos e as solicitações feitas, começamos a definir a distribuição – disse Haroldo Tajra, diretor-geral do Senado Federal.

TV Senado exibirá documentário sobre Joaquim Nabuco

Neste sábado, em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, a TV Senado exibirá, às 20h30, o documentário *Nabuco.doc*, como parte das homenagens ao pernambucano Joaquim Nabuco no centenário de sua morte.

O documentário resgata detalhes da história de Joaquim Nabuco, uma das maiores figuras da política brasileira, e proporciona uma reflexão sobre as ideias inovadoras que ajudaram a construir o atual modelo político do país.

Na transição entre a Monarquia e a República, Nabuco foi um defensor dos movimentos de luta pela liberdade, como a igualdade dos direitos sociais e civis, o acesso à educação, à saúde e à cultura. Durante seu mandato de deputado, defendeu no Parlamento a abolição dos escravos e, juntamente com José do Patrocínio, iniciou o movimento abolicionista que culminou com a assinatura da Lei Áurea em 1888.

Sob a direção de João Carlos Fontoura, o documentário foi gravado em Recife e em Brasília e teve a participação dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marco Maciel (DEM-PE). O documentário traz também entrevistas com historiadores e sociólogos que falam sobre o legado de Nabuco.

Sarney nega formação de "superbloco" no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, declarou ontem que o acordo feito na Câmara para a criação de um bloco com os partidos da base aliada ao futuro governo Dilma Rousseff não se estende ao Senado.

– Não temos isso em vista aqui. Até agora ninguém tratou da criação de blocos aqui.

Na terça-feira, PMDB, PP, PR, PTB e PSC anunciaram a formação do bloco para atuação conjunta na Câmara. A movimentação poderia influenciar a disputa pela presidência daquela Casa em 2011.

Questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade de o "superbloco" parecer uma afronta ao PT e uma demonstração de disputa de poder, Sarney respondeu:

– Eu não conheço o que está ocorrendo na Câmara, de maneira que eu não sei as motivações que levaram a bancada a fazer isso.

Jayme Campos descarta união do DEM ao PMDB



Jayme Campos

"Acabou-se a especulação de que eventualmente o DEM poderia ser fundido ao PMDB", anunciou ontem ao Plenário o senador Jayme Campos (DEM-MT). Uma reunião do DEM realizada na terça-feira afastou a hipótese.

– Tenho orgulho de minha filiação partidária.

Não admito qualquer alusão à extinção do DEM. Estamos falando de um patrimônio inegociável de expectativas e de sonhos, de gente comum que depositou seu voto de confiança em nossa legenda – disse.

Jayme Campos defendeu uma revitalização do partido. O DEM sai da eleição menor em termos numéricos, admitiu, mas não no tamanho dos compromissos com o Brasil, disse.



Dirigentes Santos/CD

Vicentinho Alves ficou em terceiro lugar, com cerca de 330 mil votos, e agora será diplomado senador

TSE cassa Miranda e vaga vai para Vicentinho Alves

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou na terça-feira à noite o registro de candidatura de Marcelo Miranda (PMDB), eleito senador por Tocantins em 3 de outubro. Por 5 votos a 2, o TSE considerou o político inelegível, com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). Ele teve o mandato de governador daquele estado cassado em setembro de 2009, por abuso de poder político nas eleições de 2006.

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) havia deferido o registro de Miranda, mas o Ministério Público Eleitoral (MPE) recorreu ao TSE alegando que o político não poderia ser candidato nas eleições de 2010, pois estaria enquadrado nas hipóteses de inelegibilidade previstas tanto na Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90) quanto na Lei da Ficha Limpa.

O julgamento do caso teve início em 1º de outubro, mas foi interrompido por duas vezes em razão de pedidos de vista.

Com a decisão de cassar a candidatura de Miranda, ele não poderá ser diplomado senador no próximo dia 17 de dezembro. Com isso, a vaga cabe a Vicentinho Alves (PR), terceiro colocado no pleito, com cerca de 330 mil votos.

Ex-governador do Tocantins, Miranda obteve cerca de 340 mil votos válidos, conquistando a segunda vaga do estado ao Senado. O primeiro colocado foi João Ribeiro (PR), que recebeu 375 mil votos. Marcelo Miranda ainda pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Oitenta anos da OAB

14h A hora do expediente será em comemoração aos 80 anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na sessão deliberativa, os senadores analisam pauta com quatro propostas de emenda à Constituição, entre elas a PEC que permite a deputados federais e senadores exercerem o cargo de professor em instituições públicas de ensino superior.

Presidência Presidente da Zâmbia

13h O senador José Sarney participa de almoço em homenagem ao presidente da Zâmbia, Rupiah Banda, no Itamaraty. Às 15h15, recebe Rupiah Banda, no Salão Nobre do Senado. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária deliberativa.

CI Consumidor livre especial

8h30 O consumidor que escolhe seu fornecedor de energia elétrica, chamado de consumidor livre especial, poderá passar a ter o direito de comercializar seus excedentes de energia. É o que estabelece projeto que está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

CRE Embaixadores em Benin e Togo

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa as indicações de Arnaldo Caiche D'Oliveira para embaixador no Benin e de Antenor Américo Mourão Bogéa Filho, no Togo.

Subcomissão Faixa de fronteira

15h A Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira vai discutir a situação conjuntural dos estados do Tocantins, Roraima e Amapá com os presidentes das assembleias legislativas do Tocantins, Junior Coimbra; de Roraima, Antonio Mecias Pereira de Jesus; e do Amapá, Jorge Amanajás.

Congresso Suplementação de crédito

12h O Congresso realiza sessão para votar créditos suplementares a diversos órgãos do governo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Comissão aprova créditos suplementares ao Orçamento

Por meio de nove projetos, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem créditos suplementares a diversos órgãos do governo. Os projetos ainda precisam ser votados pelo Plenário do Congresso. O PLN 12/10 reserva R\$ 115,7

milhões à Companhia Docas e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev). Já o PLN 16/10 destina R\$ 104,5 milhões ao Ministério da Saúde para a finalização das obras de implantação da nova sede do

Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, no Rio de Janeiro.

Outro projeto (PLN 23/10) destina R\$ 85,8 milhões às justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, à Presidência da República e ao Ministério Público

da União (MPU). Os demais projetos suplementam recursos para, entre outros órgãos, os ministérios da Justiça; Defesa; Ciência e Tecnologia; Cultura; Esporte; Minas e Energia; Transportes; Comunicações; Meio Ambiente; e Educação.

Heráclito: reajuste deve ser discutido nesta legislatura

O reajuste de salário dos parlamentares para o próximo ano não foi tratado na reunião da Mesa diretora realizada ontem, mas Heráclito Fortes (DEM-PI) declarou que o assunto é constitucional e precisa ser discutido pela atual legislatura.

– No meu modo de ver, cabe, num primeiro momento, uma conversa entre os presidentes das duas Casas. É preciso encontrar uma solução não prejudicial aos parlamentares que assumirão na próxima legislatura, mas que também não seja um aumento que gere um domínio inflacionário na questão salarial. O Poder Legislativo não pode dar um mau exemplo, um aumento estratosférico, mas não pode ficar sem reajustes, que é o que acontece há algum tempo – afirmou o 1º secretário da Mesa.

De acordo com o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, que também participou da reunião, o orçamento do Congresso Nacional para 2011 poderá ter recursos para o reajuste dos salários dos parlamentares.

– Só tem sentido falar em orçamento depois de aprovado o Orçamento-Geral da União. Mas é possível fazer um remanejamento no orçamento para contemplar o reajuste nos subsídios dos parlamentares – disse Tajra.

Concurso público

Outro assunto que não foi discutido, mas que pode constar na pauta da próxima reunião da Mesa, é a realização de um novo concurso público. Segundo Tajra, o lançamento do edital ficará para o ano que vem.

– A realização do concurso ainda está em estudo. Há uma comissão elaborando um levantamento de vagas. Nossa expectativa é que sejam 150 a 180 vagas para áreas fins da Casa, nas mais diversas categorias. Uma vez aprovada a realização do concurso, será feita a contratação da instituição organizadora e só após depois haverá o lançamento do edital – informou.



Gim Argello (2º à esq.) recebe comitiva liderada pelo ministro do Esporte, Orlando Silva (E), atletas e dirigentes do setor

Esporte é o primeiro a pedir apoio para mais recursos

Iniciado prazo para apresentação de emendas ao projeto do Orçamento de 2011. Ministro Orlando Silva defende programa Cidade Esportiva junto ao relator, Gim Argello

PARLAMENTARES, BANCADAS E comissões permanentes do Senado e da Câmara deram início ontem à fase de apresentação de emendas ao projeto do Orçamento da União para 2011 (PLN 59/10). Essa nova etapa, que se encerra dia 24, tornou-se possível com a aprovação, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), do relatório preliminar do senador Gim Argello (PTB-DF), que traz as regras para a apresentação de emendas tanto na parte relativa às despesas como no texto da lei.

Alguns órgãos federais que nos últimos anos conseguiram

ampliar suas dotações orçamentárias por meio dessas emendas, como o Ministério do Esporte, já começaram a se movimentar. Acompanhado de ex-atletas, como Cafu (capitão da seleção brasileira de futebol campeã mundial em 2002), Maurício (ex-levantador da seleção masculina de vôlei e campeão olímpico em 1992) e Flávio Canto (medalha de bronze em judô nas Olimpíadas de 2004), o ministro do Esporte, Orlando Silva, esteve ontem com Gim Argello.

Silva disse que o Brasil trabalha no sentido de honrar os compromissos assumidos para

sediar a Copa em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Pediu aos parlamentares que participem do esforço com emendas necessárias a reforçar o programa Cidade Esportiva.

O ministro afirmou que, com o programa, os municípios poderão se transformar em polos de referência e contribuir para a qualificação dos atletas.

Gim Argello destacou o trabalho de Orlando Silva à frente da pasta e prometeu empenhar-se para viabilizar, no Orçamento da União do próximo ano, as verbas necessárias à manutenção dos diversos programas.



Mozarildo Cavalcanti leu comunicado do relator abrindo prazo para emendas

Mozarildo: emendas não podem superar R\$ 13 mi

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu ontem em Plenário comunicado do relator-geral do Orçamento, Gim Argello, seu colega de partido, anunciando a abertura de prazos para a apresentação de emendas individuais. Cada parlamentar, lembrou o senador, tem direito a apresentar até 25

emendas, com o valor total que não pode ultrapassar os R\$ 13 milhões.

A soma de emendas individuais foi ampliada pela CMO. Com o novo valor, os gastos com emendas individuais passam de R\$ 7,42 bilhões para R\$ 7,72 bilhões. As emendas podem ser apresentadas até o dia 24.

O senador também anunciou a realização do 4º Encontro das Grandes Lojas da Região Centro-Oeste, entre os dias 18 e 21 deste mês. Segundo o parlamentar, serão discutidos temas afeitos à Maçonaria e à atualidade brasileira. O encontro reunirá as grandes lojas de todo o Brasil.

Decisão pode aumentar bancada no Parlasul em 2011

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) decidirá dentro de uma semana se apoia ou não a proposta de aumentar já em 2011 de 18 para 37 o número de representantes brasileiros. O prazo para a decisão foi estabelecido ontem, por consenso, a partir de proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), atual presidente do Parlasul.

– A decisão do Congresso Nacional ficará mais fácil se a própria representação apresentar uma proposta de transição.

A resolução que estabelece o número de 18 parlamentares só vigora até o final deste ano e nova resolução deverá ser votada até dezembro. A nova bancada, ainda indicada de forma indireta, exercerá mandato até a posse dos parlamentares elei-

tos diretamente para o Parlasul, possivelmente em 2012.

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) sugeriu que a nova resolução permita a indicação pelas futuras Mesas da Câmara e do Senado de até 37 parlamentares. Dessa forma, a decisão final sobre o número de integrantes da representação seria tomada pelos parlamentares eleitos neste ano.



Aloizio Mercadante (E) e deputado José Paulo Tóffano: proposta de transição

Projeto reestrutura cadastro nacional de criança desaparecida

A criação do Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Silcad) foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto (PLS 211/04), já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi apresentado pela então senadora Roseana Sarney e autoriza o Executivo a criar o sistema, que poderá complementar a lei que instituiu o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Lei 12.127/09) com ações efetivas.

A matéria será examinada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto aprovado – proposto pela relatora na CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) – prevê convênios com órgãos de outros Po-

deres, bem como com governos estaduais e prefeituras.

Pela proposta, a coordenação do Silcad será responsável pelo Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, fazendo a consolidação dos dados. Esses serviços deverão funcionar 24 horas por dia.

Tais cadastros de crianças e adolescentes devem permitir o cruzamento com informações armazenadas por entidades, como abrigos, e com registros hospitalares sobre menores que deram entrada sem identificação ou inconscientes.

A proposta prevê também que o poder público promova a coleta de material genético de crianças e adolescentes encontrados e de familiares de menores desaparecidos para compor um banco de DNA. Assim, poderá ser feito confronto em processos de investigação de identidade e filiação.

Vacinas contra meningite, varicela, pneumonia e hepatite A são incluídas no calendário básico

A ampliação das vacinas previstas no calendário básico de vacinação da criança depende agora de sanção presidencial. As providências necessárias à vigência da medida deverão ser tomadas pelo Sistema Único de Saúde. Objetivo é reduzir mortalidade infantil

O CALENDÁRIO BÁSICO de vacinação da criança passará a incluir as vacinas contra hepatite A e varicela, assim como a antimeningocócica conjugada C e a pneumocócica conjugada 7-valente. O projeto de lei da Câmara (PLC 5/09), apresentado pelo deputado Alexandre Silveira (PPS-MG), vai à sanção presidencial. O senador Mão Santa (PSC-PI) foi o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) promova os meios necessários para a execução da medida. A lei entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua publicação.

O autor do projeto diz que essas vacinas são eficazes na redução da mortalidade associada às doenças como hepatite, meningite e pneumonia, entre outras.

Atualmente, essas vacinas já são disponibilizadas pelo SUS para portadores de HIV, doenças pulmonares crônicas ou para quem vai se submeter a transplantes.

Para o deputado, a inclusão dessas vacinas no calendário do SUS deverá reduzir significativamente a mortalidade infantil no país.

Segundo o relator, Mão Santa, as doenças pneumocócicas

estão entre as que provocam maior mortalidade em crianças no mundo.

Vacinas

A vacina contra a hepatite A previne a inflamação do fígado causada pelo vírus HAV. Pelo seu modo de transmissão, esse tipo de hepatite é típico de áreas menos desenvolvidas, com más condições de higiene e falta de saneamento básico, segundo os especialistas. Nesses locais, incluindo a maior parte do Brasil, a doença predomina em crianças de 2 a 6 anos, mas pode ser adquirida em qualquer idade.

A antimeningocócica conjugada C protege as crianças da bactéria meningococo C, que causa meningite principalmente em crianças de até 4 anos. Dados demonstram que 60% das meningites – inflamação das membranas que envolvem o cérebro e medula espinhal – são causadas pela bactéria meningococo C. A transmissão é de pessoa para pessoa por meio do beijo e secreções expelidas pela tosse, fala ou espirro.

As vacinas contra pneumococo e pneumocócica conjugada 7-valente previnem a pneumonia.

A outra vacina previne a varicela (catapora), uma doença infecciosa e altamente contagiosa, causada pelo vírus varicela-zoster.



Vacinas incluídas no calendário deverão ser fornecidas pelo SUS e espera-se que possam reduzir significativamente a mortalidade infantil no país

SUS pode criar comitês de prevenção de morte materna

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser obrigado a criar comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna, segundo determina projeto de lei da Câmara (PLC 100/07) aprovado ontem pelo Plenário, na forma de um substitutivo.

Os comitês terão a missão de identificar e investigar as causas das mortes de mulheres em idade fértil, além de apurar as responsabilidades técnicas ou administrativas por esses óbitos. O texto

ainda deverá ser votado em turno suplementar e, como foi alterado pelo Senado, voltará à Câmara.

Apresentado em 2007 pelas então deputadas Ana Corso e Iara Bernardi, o projeto foi relatado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) por Mão Santa (PSC-PI), que incluiu emenda.

De acordo com o texto final do projeto, a morte materna é a que ocorre durante a gestação ou até 40 dias após seu término,

independentemente da duração ou da localização da gravidez.

Para ser considerada morte materna, a causa do óbito deverá estar relacionada com qualquer problema ocorrido durante a gravidez ou agravado por ela. Além de investigar a causa das mortes de mães, os comitês deverão também sugerir medidas para sanar erros identificados, em consonância com os gestores e autoridades sanitárias.

Entre as atribuições dos comitês, destaca-se a promoção de atividades educativas e de conscientização da comunidade e dos profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher.

Os comitês deverão ser compostos por representantes do SUS, do conselho de saúde e dos serviços públicos e privados que prestem assistência ambulatorial ou hospitalar à saúde da mulher, bem como por representantes da sociedade.



Flexa Ribeiro preside sessão da CCT que aprovou criação do Silcad

Especialistas: primeira infância exige cuidado psicológico

Em audiência pública realizada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), especialistas destacaram a importância do atendimento psicológico durante a gestação e o período neonatal. O debate fez parte da programação da 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal.

depende da preparação dos pais e das pessoas que cuidam do bebê.

Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris V, Sylvain Missonnier ressaltou que a primeira fase da vida repercutirá em todas as demais etapas da vida do ser humano. É por isso, disse, que o governo e os políticos franceses liberam recursos públicos para investimento na psicologia perinatal.

A professora da Universidade de Wolverhampton, Inglaterra, Elvidina Nabuco Adamson-Macedo, destacou a importância do toque para o desenvolvimento do bebê, especialmente dos nascidos prematuramente. Ela apresentou o programa terapêutico de "nutrição sensorial", que contribui para o melhor desenvolvimento dos bebês.



Especialistas explicaram programas de atendimento psicológico para bebês

Atletas e árbitros deverão fazer avaliações periódicas de saúde

Os atletas e os árbitros de eventos esportivos deverão ser obrigados a passar por exames periódicos para avaliação de saúde. É o que estabelece projeto de lei da Câmara (PLC 122/08) aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto também obriga as equipes a providenciar atendimentos de emergência a esses profissionais. O projeto segue para sanção presidencial.

A adoção dessas medidas deverá prevenir grande parte das mortes que ocorrem durante as competições esportivas, principalmente nos jogos de futebol, conforme o relator da matéria na Comissão de Educação (CE), Adelmir Santana (DEM-DF).

Caso seja detectada alguma doença, por diagnóstico precoce, o atleta poderá ser beneficiado com a adoção de medidas preventivas ou terapêuticas, ou até mesmo com a recomendação médica de seu afastamento definitivo da prática do esporte, nos casos de maior gravidade, assinala o senador.

Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o então senador Paulo Duque (PMDB-RJ), a Lei Pelé, embora abrangente, é falha quanto aos cuidados médicos e preventivos. "O dispositivo é lacônico e não estabelece que os exames devam ser realizados periodicamente. Basta que sejam feitos uma única vez e o ditame da lei já estará atendido", observa o senador.

Segundo Paulo Duque, as mais frequentes emergências médicas durante as competições esportivas são, entre outras, contusões, distensões musculares, ferimentos abertos e paradas cardíacas. "Em todos esses casos, a atuação de profissionais habilitados para o atendimento de emergência é imprescindível", afirma.

Para o autor da matéria, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a responsabilidade pela saúde do jogador é das entidades de prática desportiva. Ele ressaltou que a situação é mais grave nos pequenos clubes, onde os atletas raramente são submetidos a qualquer tipo de exame.

Empregado poderá faltar ao trabalho para fazer exame preventivo de câncer

Os senadores aprovaram ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC 158/08, que permite a ausência do trabalhador ao serviço para realização de exame preventivo de câncer, sem prejuízo do salário. Do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), o projeto, que recebeu duas emendas da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), voltará ao exame dos deputados.

A proposta modifica o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que o empregado possa deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até três dias, em cada 12 meses, no caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.

A matéria foi relatada pelo senador Mão Santa (PSC-PI), cujo parecer foi lido pela senadora Fátima Cleide (PT-RO). Originariamente, o projeto previa a ausência ao trabalho, sem prejuízo do salário, somente para exames preventivos de câncer de colo do útero, mama ou próstata. Quando tramitou na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, o projeto foi alterado para incluir a possibilidade de faltar ao trabalho quando for realizado exame de prevenção de qualquer

tipo de câncer.

A modificação foi aceita com o argumento de que o combate a essa doença deve incluir todas as suas modalidades conhecidas de manifestação. Para o relator da matéria na CAS, o argumento "é pertinente e deve ser respeitado, pois é uma questão de saúde pública".

Motivos para ausência

Alguns casos em que a CLT prevê que o empregado pode faltar ao trabalho, sem prejuízo do salário

- até dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica
- até três dias consecutivos, em virtude de casamento
- por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana
- por um dia, em cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada
- dois dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva
- no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do serviço militar

Rótulos devem advertir sobre risco de aspartame

Alimentos, bebidas, dietéticos e medicamentos com aspartame deverão conter, em seus rótulos, advertência sobre essa substância, conforme estabelece substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC 107/08) aprovado ontem pelo Plenário.

A proposta determina que deverá ser informada ao consumidor a presença de fenilalanina, contida no aspartame, ou de outras substâncias cujo consumo seja contraindicado aos portadores de deficiências do metabolismo ou doenças específicas. Nos rótulos, será informada ainda a quantidade dessa substância presente em cada dose ou porção. O projeto volta à Câmara dos Deputados.

O relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Papaléo Paes (PSDB-AP), incluiu as bebidas e os produtos dietéticos no texto. Como foi alterado pelos senadores, o projeto retornará ao exame dos deputados.



Papaléo Paes, relator, incluiu bebidas e produtos dietéticos na proposta



CAS debate sistema nacional para o atendimento de autistas

"Se tudo correr bem, ao final desse processo teremos uma legislação nacional que proteja a pessoa com autismo em todos os aspectos relacionados à sua vida: dignidade, cidadania e serviços", disse o senador Flávio Arns (PSDB-PR) ao final da audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizada ontem para discutir proposta de criação de um sistema nacional integrado de atendimento aos autistas apresentada pela Associação em Defesa do Autista (Adefa).

A presidente da entidade, Julceli Vianna Antunes, descobriu há seis anos que o seu neto é autista. Depois de uma árdua busca por tratamento, percebeu o quanto é precário no Brasil o atendimento ao portador desse problema. Foi quando resolveu fundar a Adefa.

– Se um autista que tem a felicidade de ter uma família, como o meu neto, enfrenta tantas dificuldades, imaginem os que estão por aí perdidos, jogados em porões, trancados em quartos ou em instituições que não podem oferecer pra-

ticamente nada do que eles necessitam – afirmou.

Já a presidente da Associação Brasileira de Autismo (Abra), Marisa Furia Silva, contou que, quando soube que a Adefa tinha elaborado uma proposta de legislação, ficou preocupada com a possibilidade de essas regras "engessarem" determinados tipos de serviços dos quais os autistas necessitam. Ela tem um filho autista de 32 anos.

Mesmo assim, Marisa Furia defendeu a necessidade de uma lei sobre o assunto, destacando necessidades dos autistas e seus familiares, como assistência social, educação, saúde e previdência. Também ressaltou a importância de os médicos receberem melhor preparação para lidar com os autistas, que, na maioria, não falam ou não conseguem expressar o que estão sentindo.

A presidente da Abra sugeriu que os médicos sejam orientados a, antes de mediar um autista, realizar todos os exames necessários para ter uma visão global do seu estado de saúde.

Gustavo Medeiros, autista: "Não quero pensão, quero emprego"

O engenheiro de telecomunicações e mestre em engenharia de sistemas e computação Gustavo Adolfo de Medeiros, portador de autismo leve, classifica como um grande erro matricular em escolas normais crianças autistas sem que antes elas se preparem em associações e entidades que tratam do problema.

– Junto com pessoas normais, elas vão sentir-se complexadas, não vão aprender. Acho que temos que incluir todo mundo, mas antes tem-se de dar condições de inclusão – afirmou.

Segundo ele, o Departamento de Psiquiatria Infantil da Associação Brasileira de Psiquiatria possui apenas 300 profissionais com título de especialista em Psiquiatria da Infância, enquanto cerca de 2 milhões de brasileiros apresentam características de autismo.

Por sua vez, a presidente da Associação de Amigos do Autista da Bahia (AMA-BA), Rita Brasil, destacou como fundamentais centros regionais de observação e orientação médico-psicopedagógica, berçários, diagnóstico precoce, psiquiatras, neuropediatras e professores especializados, além de orientação familiar e escola de qualidade.

Para o professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina (Unifesp) Marcos Tomanik Mercadante, que também participou da audiência na CAS, a iniciativa de criação de um sistema integrado nacional de assistência é importante, mas enfrenta muitas limitações.

– Penso que é uma super-iniciativa, mas não temos profissionais para dar conta de uma proposta dessa dimensão – disse.

Segundo ele, o Departamento de Psiquiatria Infantil da Associação Brasileira de Psiquiatria possui apenas 300 profissionais com título de especialista em Psiquiatria da Infância, enquanto cerca de 2 milhões de brasileiros apresentam características de autismo.

Por sua vez, a presidente da Associação de Amigos do Autista da Bahia (AMA-BA), Rita Brasil, destacou como fundamentais centros regionais de observação e orientação médico-psicopedagógica, berçários, diagnóstico precoce, psiquiatras, neuropediatras e professores especializados, além de orientação familiar e escola de qualidade.

Roberto Cavalcanti homenageia os 75 anos de Vandré

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) homenageou o cantor e compositor Geraldo Vandré pelo seu aniversário de 75 anos. Trata-se, disse, de "um dos maiores mitos do nosso cancioneiro popular" e de um "compositor emblemático que mereceu a admiração do mundo artístico e a idolatria do público numa época de grandes transformações sociais".

O senador elogiou o programa sobre Vandré – nascido na Paraíba – exibido em 25 de setembro pela Globo News.

– [No programa,] Vandré não se mostra indignado nem adota o tom lamentoso que se poderia esperar de alguém que tenha sido obrigado a se exilar – afirmou o parlamentar, lembrando que o artista deixou o país em 1969, após a edição do Ato Institucional nº 5.

Cavalcanti lembrou que Vandré ficou nacionalmente conhecido como o autor de *Pra Não Dizer que Não Falei das Flores e Disparada*, entre outras canções, como *Samba em Prelúdio*, *Canção Nordestina* ou *Quem Quiser Encontrar o Amor*.

Valter Pereira lembra os quatro anos sem Tebet

O ex-presidente do Senado Ramez Tebet, cujo falecimento completou ontem quatro anos, foi tema do pronunciamento do senador Valter Pereira (PMDB-MS), que assumiu o mandato em 2006 como seu suplente. Valter Pereira lembrou passagens da vida pública de Tebet, com destaque para o trabalho de pacificação do Senado, num momento de turbulência da Casa, após a renúncia de Jader Barbalho.

Valter Pereira também citou episódios em que as trajetórias dele e de Tebet se cruzaram. O primeiro ocorreu quando parte do PMDB – incluindo Tebet – ingressou no PSDB. Desconfortável no novo partido, o grupo teve as portas reabertas por Valter Pereira, então presidente estadual do PMDB. Pelo partido, Tebet foi eleito para o Senado, pela primeira vez, em 1994.

A gratidão de Tebet, salientou Valter Pereira, foi comprovada em 2002, quando, incentivado pelo senador, Valter Pereira foi convidado a compor a chapa para o Senado como suplente.

Com a rejeição do pedido para comparecimento de Erenice Guerra, Alvaro Dias, antevendo o mesmo resultado, retira o outro requerimento, de convite a Dilma

Convites a ex-ministras da Casa Civil não passam na CCJ

AS EX-MINISTRAS DA Casa Civil Dilma Rousseff e Erenice Guerra não vão comparecer ao Senado para esclarecer denúncias de tráfico de influência na Casa Civil. Os requerimentos convidando as duas para explicar denúncias publicadas pela imprensa não foram acatados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Quando o convite a Erenice foi rejeitado pela comissão, o segundo, endereçado à presidente eleita, foi retirado pelo autor dos dois requerimentos, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), porque ele constatou que o pedido teria o mesmo destino.

– Não há nenhuma razão para manter esse requerimento, pois não há possibilidade de sucesso

– afirmou Alvaro Dias.

Segundo o senador, o objetivo ao pedir esclarecimentos sobre o tráfico de influência na Casa Civil era propor transparência ao governo e oferecer à população a oportunidade de acompanhar os fatos, além de cobrar o cumprimento da investigação encabeçada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público (MP).

– Quando encaminhamos os requerimentos, estávamos em plena campanha eleitoral. Muitos imaginaram que o nosso objetivo era eleitoral, mas não era. Tanto é que insistimos no convite porque é oportuno, já que valoriza o Senado. Não podemos ficar calados diante de denúncias de tamanha gravidade.

Alvaro explicou que o convite

à presidente eleita também era necessário porque supostamente a corrupção teria começado na sua gestão como ministra da Casa Civil.

Contrário ao convite, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou que Erenice foi demitida, e as denúncias já estão sendo investigadas pela PF e pelo MP.

– Trazê-las seria apenas uma tentativa de criar um fato político – argumentou Jucá.

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), não cabia mais à CCJ discutir esse assunto "já ultrapassado".

Já Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que as duas ex-ministras deveriam comparecer ao Senado para as explicações necessárias.



Jucá (foto ao lado) diz que PF já está apurando denúncias; Alvaro afirma que convites eram necessários

Indicação para o STF pode sair logo, diz Demóstenes

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demóstenes Torres (DEM-GO), acredita que o governo poderá enviar ao Congresso na próxima semana indicação de nome para compor o quadro de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Caso chegue à CCJ até a próxima quarta-feira, a indicação será lida em reunião no mesmo dia, disse, mas a sabatina do indicado só será realizada na semana seguinte. O novo ministro substituirá Eros Grau, que se aposentou em agosto.

Desde então, o STF vem realizando julgamentos com dez integrantes, o que já ocasionou dois empates. O primeiro foi no julgamento do recurso do então candidato ao governo do Distrito Federal Joaquim Roriz contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de considerá-lo inelegível. O segundo caso tratava-se de recurso de Jader Barbalho, então candidato ao Senado pelo Pará, considerado inelegível pelo TSE também com base na Lei da Ficha Limpa.

CCJ rejeita fim de cargos vitalícios em tribunais

A tentativa de pôr fim à vitaliciedade de desembargadores e ministros dos tribunais superiores, estabelecendo mandatos com prazo determinado para esses cargos, foi rejeitada ontem pela CCJ. Acabou prevalecendo o parecer contrário do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) a proposta de emenda à Constituição (PEC 39/03) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que propunha alterar o sistema de composição dos tribunais.

Eduardo Suplicy (PT-SP) chegou a apresentar voto em separado recomendando a aprovação de texto substitutivo. A proposta não feria a garantia de independência do Judiciário ao fixar prazo de oito anos de mandato para desembargadores e ministros dos tribunais superiores e de dez anos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), argumentou.

Demóstenes ponderou, entretanto, não ser possível nem conveniente – pelos termos da Constituição – estabelecer mandato temporário para esses cargos.

Menos restrição para trabalhar em segurança privada

Projeto que abranda o requisito legal relativo aos antecedentes criminais para o exercício do cargo de diretor e para a atuação como empregado de empresa de segurança privada foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposição segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLC 25/08) altera a Lei 7.102/83, segundo a qual "os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados". Com a mudança proposta, a redação da lei passará a ser: "Estão impedidos de exercer o cargo de diretor e ser empregado das empresas particulares especializadas em segurança, vigilância e transporte de valores os condenados por sentença penal transitada em julgado, no curso do cumprimento da pena e no subseqüente período de reabilitação".

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou parecer favorável à proposta.

Projeto abranda pena por caça para alimentar a família

Quem abater um animal silvestre para matar a própria fome ou alimentar a família, quando não tenha acesso a outra fonte de alimentos, poderá ter a pena por esse crime ambiental reduzida. A medida poderá ser inserida na Lei 5.197/67, que trata da proteção à fauna brasileira, caso se torne lei o projeto (PLC 69/03) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), antes da votação final em Plenário.

A proposta também proíbe, sob qualquer pretexto, a caça ou a destruição de espécies incluídas na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. A atualização periódica da lista será responsabilidade do órgão federal de meio ambiente.

O relator na CCJ, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Inácio Arruda • Serys Slhessarenko

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Separação de bens obrigatória para maiores de 70

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 7/08) que altera o Código Civil (Lei 10.406/02) para determinar o regime de separação de bens a todos que se casarem com idade superior a 70 anos. Atualmente, a legislação estabelece a regra para os que se casam com mais de 60 anos de idade. O projeto vai à sanção.

Da deputada Solange Amaral (DEM-RJ), o projeto foi relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para ele e a relatora inicial, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é anacrônico impor o atual regime de casamento a pessoa maior de 60 anos.

César Borges quer mudar critério de correção do FGTS



César Borges

César Borges (PR-BA) disse ontem que as perdas de rentabilidade sofridas pelas contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

exigem mudanças na correção dos depósitos. A Taxa Referencial (TR) utilizada atualmente não cobre sequer as perdas com a inflação.

Em 2010, por exemplo, disse César Borges, a TR registrou variação de apenas 0,55% e deve chegar a 0,6% ao fim do ano. Somando-se os 3% ao ano de ganho previsto pela legislação, a rentabilidade anual será de apenas 3,6%.

Para reduzir essas perdas, César Borges propõe (PLS 301/08) que o FGTS divida com os trabalhadores 50% do lucro líquido obtido de aplicações no mercado financeiro.

Cotait defende cadastro positivo de consumidor



Alfredo Cotait

Alfredo Cotait (DEM-SP) defendeu a implantação de um cadastro positivo para viabilizar a redução do custo da concessão de crédito aos consumidores.

A existência apenas de um cadastro negativo, do tipo "nada consta", não permite aos emprestadores conhecer suficientemente o histórico financeiro dos consumidores consultados, explicou.

– Com a implantação do cadastro positivo, estima-se que as taxas de juros no comércio poderiam cair até 20% para os clientes bons pagadores, assim como também os *spreads* bancários – disse.

O autor da proposta, deputado Geraldo Magela, considera que a permissão concedida aos bancos caracteriza discriminação no trabalho, classificada como odiosa por Paulo Paim

Bancário inadimplente livre de demissão por justa causa

O BANCÁRIO INADIMPLENTE pode deixar de ser passível de demissão por justa causa. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 46/08) com o objetivo de revogar o artigo 508 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que permite a demissão por justa causa dos bancários "por falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis". O projeto vai à sanção do presidente da República.

Segundo o autor da proposta, deputado Geraldo Magela (PT-DF), esse artigo representa "uma demonstração clara de discriminação no trabalho e é totalmente incompatível com os preceitos da Constituição federal, especialmente os previstos no artigo 5º, que estabelece os direitos fundamentais das pessoas". Para Magela, não há, portanto, razão alguma para a manutenção "de tamanha



Waldemar Barreto/Senado Federal

Segundo Paulo Paim, legislação atual mantém presunção de culpa ou dolo

agressão aos trabalhadores bancários".

O texto recebeu parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS) e foi aprovado sem emendas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Segundo Paim, essa norma "está em absoluta

desconformidade com os princípios constitucionais relativos ao devido processo legal e à dignidade humana".

"Não se pode, *a priori*, condenar uma pessoa sem saber as razões e a gravidade de seus atos. No caso dos bancários, a legislação atual mantém uma odiosa presunção de culpa ou dolo, ao determinar que configura justa causa a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis", diz o senador.

Para Paim, é preciso avaliar muito bem os impactos que o comportamento do empregado tem sobre o seu desempenho.

O senador conclui que retirar, a partir de uma mera presunção de desonestidade, o direito do empregado às verbas indenizatórias "é arbitrário e cruel" e pode trazer prejuízos para os próprios credores do empregado.

Plebiscito de origem popular passa na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 26/06) que permite aos cidadãos sugerir ao Congresso a realização de plebiscito ou referendo sobre temas de interesse nacional. O plebiscito é uma consulta sobre um assunto que, se aprovado, se torna lei; já o referendo é a deliberação popular sobre uma lei já existente.

A proposta, apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), segue para exame do Plenário. Ela dividiu a CCJ. Alguns senadores se disseram preocupados com a possibilidade de a proposta gerar insegurança jurídica ao deixar aos cidadãos a iniciativa de propor referendo sobre leis em vigor.

O presidente da comissão, Demóstenes Torres (DEM-GO), rei-



Demóstenes Torres (E), Valter Pereira e Renan Calheiros: comissão se dividiu

terou o temor de que a emenda diminua a função parlamentar, opinião também manifestada por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Valter Pereira (PMDB-MS) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Posicionaram-se a favor da proposta Alvaro Dias (PSDB-PR), Aloizio Mercadante (PT-SP) e

Ideli Salvatti (PT-SC), além do relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

– Estamos ampliando mecanismos de participação popular, ampliando a conscientização política do povo. Quanto mais fizermos isso, mais nos aproximaremos da população – disse Alvaro Dias.

Normas regulam investigação de acidentes aéreos

Em decisão terminativa, a CCJ aprovou projeto (PLC 67/09) que determina o sigilo das gravações de caixas-pretas de aeronaves acidentadas e obriga as empresas aéreas a publicar relatórios periódicos sobre investigações relativas a desastres com vítimas.

O texto é do relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Gilvam Borges (PMDB-AP). De acordo com o projeto, até o relatório final, serão publicados relatórios preliminares a cada aniversário do acidente.

A CCJ aprovou ainda o PLS 447/09, que responsabiliza empresas que fabricam, importam, comercializam ou instalam vidros automotivos a fazer coleta, reciclagem e descarte final dos produtos.

Pampas podem ser novo bioma patrimônio nacional

Por entender que os Pampas integram um conjunto de espécies vegetais e animais com características próprias, a CCJ acatou ontem projeto de Paulo Paim (PT-RS) incluindo essa formação na lista dos biomas brasileiros.

A proposta (PEC 5/09) inclui, na mesma lista, o Cerrado e a Caatinga. O Senado, contudo, já aprovou, em julho deste ano, matéria contemplando esses dois biomas – a PEC 51/03, do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que agora aguarda deliberação na Câmara.

O mapa dos biomas nacionais é referência para a fixação de políticas públicas diferenciadas de proteção ambiental. A relatora, Marina Silva (PV-AC), recomendou a aprovação.

Comissão beneficia Amapá e Rondônia com isenções

Bens de informática e automação industrializados nas áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP) e de Guajará-Mirim (RO) poderão receber os mesmos incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus.

A proposta, de Papaléo Paes (PSDB-AP), foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e terá decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

O projeto original (PLS 348/05) concedia aos municípios amapaenses isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e redução do Imposto de Importação sobre insumos empregados na fabricação desses produtos. Acir Gurgacz (PDT-RO) acrescentou Guajará-Mirim (RO) à proposta.

Diretrizes para transporte urbano aprovadas na CCJ

O projeto que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana visando estabelecer diretrizes para o transporte público urbano foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta será submetida ainda a outras quatro comissões da Casa.

Em seu relatório sobre a matéria (PLC 166/10), o senador Eliseu Resende (DEM-MG) lembra que o projeto é resultado da combinação de quatro propostas que já tramitavam na Câmara dos Deputados há bastante tempo. Uma delas, o PL 694/95, foi apresentada há 15 anos pelo então deputado federal Alberto Goldman, hoje governador de São Paulo.

Trecho de rodovia na região Sul poderá ser federal

A relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal poderá incluir o trecho que liga o Balneário Praia do Sol, em Laguna (SC), e a BR-101 – no trecho que vai de Palhoça (SC) a Osório (RS). A mudança está prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 87/08) aprovado ontem pelo Plenário. O texto volta à Câmara dos Deputados, devido a modificações feitas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que corrigiu para 3 quilômetros a extensão do ponto de passagem da rodovia, denominado BR-101/Balneário Praia do Sol. O traçado definitivo, a designação oficial e demais características do trecho serão determinados pelo órgão federal competente.

O projeto é do deputado Edinho Bez (PMDB-SC) e foi relatado na CI pelo então senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Rejeitada gratuidade de registro

Proposta de emenda constitucional (PEC 55/05) que pretendia garantir às famílias pobres a gratuidade do registro da escritura pública de seu único imóvel residencial foi rejeitada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O argumento foi a dificuldade que os cartórios teriam para comprovar o direito.

– Vai ser muito difícil fiscalizar isso. É melhor que o Estado ofereça subsídios ao financiamento de moradias populares, onde o custo do registro do imóvel já está embutido – considerou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

A ponderação de Mercadante recebeu o apoio de Demóstenes Torres (DEM-GO), Romero Jucá (PMDB-RR) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Nascida em 17 de novembro de 1910, Rachel de Queiroz faleceu em 2003. Senadores destacaram importância do lugar da escritora no universo literário brasileiro



Na Mesa, diretora da Editora José Olympio, Maria Amélia Mello, José Sarney e Marco Maciel. Na tribuna, Inácio Arruda

Plenário festeja centenário de Rachel de Queiroz

A ESCRITORA CEARENSE Rachel de Queiroz, nascida há cem anos, foi homenageada ontem pelo Plenário. Inácio Arruda (PCdoB-CE), que solicitou a sessão, o presidente da Casa, José Sarney, e os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Marisa Serrano (PSDB-MS), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltaram a herança literária e humana deixada pela jornalista e escritora falecida em 2003.

Também participaram da solenidade a diretora da Editora José Olympio e amiga pessoal de Rachel de Queiroz, Maria Amélia Mello; o diretor institucional do Grupo de Comunicação O Povo, Plínio Bortolotti; o escritor e ator cearense B. de Paiva;

outros senadores, embaixadores e diplomatas.

– Saúdo Rachel de Queiroz, deusa mãe no panteão intelectual brasileiro. Salve minha conterrânea, mulher cearense, brasileira, cuja luz alcança até os confins da terra – iniciou Inácio Arruda.

Herança literária

Marisa Serrano lembrou que, na eleição de Rachel de Queiroz para a Academia Brasileira de Letras (ABL), houve “grande agitação nos meios culturais e literários da época pelo fato de ela ser mulher”. A escritora simplesmente teria dito que sua escolha não era pelo fato de ser mulher, mas por ter uma obra literária.

Já Marco Maciel comentou que na obra de Rachel de Queiroz podem ser identificados “quatro grandes temas: a liberdade, o amor, a solidão e a morte. Quase todas as suas personagens são criaturas solitárias, mas buscam a afirmação do amor e da liberdade”.

Para Roberto Cavalcanti, a autora deixou “páginas imorredouras de uma literatura feita com alma e generosidade”.

– Nela, basta a palavra certa, afiada, que não se presta a subterfúgios ou a evasivas.

Por sua vez, Eduardo Suplicy homenageou a escritora lendo uma de suas crônicas, *Menino pequeno*, que narra a sina de uma criança nordestina desfavorecida.

Para Sarney, Rachel estará sempre viva na memória

O presidente José Sarney disse ontem que, enquanto existir a literatura brasileira, a obra de Rachel de Queiroz estará presente como um dos momentos mais importantes e mais extraordinários da inteligência do país.

– E também, enquanto eu viver, ela estará viva na minha memória – acrescentou.

Sarney salientou que Rachel de Queiroz, primeira mulher a se tornar imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), foi um exemplo de resistência feminina,

forte como o retrato de suas personagens, mas sem ser violenta como elas.

De temperamento doce e irônico, Rachel, que faleceu em 2003, aos 92 anos, utilizava-se dessa ironia para reafirmar a sua rebeldia e seu inconformismo com a desordem do mundo. Segundo o presidente, ninguém soube traçar como ela os tipos sertanejos, que eram o seu universo pessoal, e transformá-los em figuras universais.

O primeiro livro, que Rachel

de Queiroz publicou aos 19 anos, foi *O quinze*, instaurador do ciclo do romance nordestino. A obra de forte conteúdo social, com a seca como personagem central, trouxe as fontes populares ao universo literário.

Sarney também lembrou que, surpreendendo a todos, aos 80 anos, a escritora lançou *O memorial de Maria Moura*, em sua opinião um livro definitivo, inspirado na vida de Maria de Oliveira, uma precursora do cângaço.

Casa prestará tributo a vítimas de discriminação e preconceito

Os senadores vão homenagear na sessão de amanhã, a partir das 9h, todas as pessoas que ainda são vítimas de discriminação e preconceito na sociedade brasileira, incluindo negros, minorias e grupos religiosos. A homenagem foi solicitada por Paulo Paim (PT-RS).

O senador estendeu a homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e ao Dia de Zumbi dos Palmares, comemorados em 20 de novembro, e aos demais grupos que sofrem preconceito e discriminação.

Paim recentemente foi alvo de ameaças de um grupo neonazista do Rio Grande do Sul que, numa gravação apreendida pela Polícia Civil, exibiu cenas de violência a negros e supostamente dirigia ameaças ao senador. O vídeo, apreendido numa casa

onde havia símbolos nazistas, livros e roupas com suásticas, provocou repúdio e manifestações na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, no dia 12.

Na ocasião, Paim salientou que “a maioria da sociedade não concorda com esse tipo de manifestação, seja contra negros, judeus, homossexuais, idosos, deficientes”.

O senador anunciou sua intenção de lançar no Senado a campanha “Preconceito zero”.

– Isso sinaliza e diz para a sociedade que nós não aceitamos nenhum tipo de discriminação.

Paim é autor do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), que contempla áreas de educação, cultura, esporte, lazer, saúde, trabalho, defesa dos direitos dos quilombolas e proteção de religiões de matrizes africanas.

Projeto estabelece critério para datas comemorativas

Seguirá para a sanção do presidente da República o Projeto de Lei da Câmara 13/09, que estabelece critério para instituição de datas comemorativas. De iniciativa da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), o projeto determina que datas comemorativas nacionais só possam ser criadas se forem de alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

A definição do critério de alta significação será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

A abertura e os resultados das consultas e audiências públicas serão objeto de ampla divulgação pelos meios de comunicação públicos, facultando-se a participação dos veículos privados.

LexML ganha Prêmio TI & Governo e será publicado

O LexML, portal de informações jurídicas que reúne e organiza dados dos sites de órgãos do Legislativo, Judiciário e Executivo do país, desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), ganhou o Prêmio TI & Governo, e será publicado no *Anuário TI & governo 2010*, a ser lançado pela Plano Editorial.

A comissão julgadora que avaliou os projetos foi integrada por Maria da Glória Guimarães dos Santos, secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento; José Luís Bizelli, professor do

Departamento de Antropologia Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (Unesp); Juarez Quadros do Nascimento, da Orion Consultores Associados; Norberto Torres, da Unicom Integração de Negócios, Processos e Sistemas; Vanda Scartezini, da Polo Consultores & Associados; Armando Dal Colletto, diretor da Business School São Paulo (BSP); e a jornalista Lucia Helena Corrêa, representante da Plano Editorial.

Os projetos foram classificados em três categorias: e-Administração Pública, e-Serviços Públicos e e-Democracia.

Senado abre a sexta edição da mostra *Artistas Brasileiros*



Artistas brasileiros convidados ao redor do 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes

O Senado inaugurou ontem a mostra *Artistas Brasileiros*, composta de obras de artistas plásticos indicados pelos senadores para representar o movimento artístico de seus estados. Em sua sexta edição, o evento foi aberto pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI). Como assinalou Heráclito, a exposição destaca a diversidade cultural do país, reunindo artistas que só dependem de oportunidades como a que vem sendo patrocinada pela Casa para que possam afir-

mar seu potencial criativo e ganhar projeção.

– Esperamos que o Senado, caixa de ressonância da vida política e garantia da democracia no país, seja também responsável pela abertura de uma estrada de sucesso para os talentos que hoje estão aqui – afirmou.

O próprio Heráclito escolheu para trazer a Brasília Moisés dos Martírios Barros, presente com a obra *Cotidiano Rural*, uma peça em óleo sobre tela que retrata cena bucólica da paisagem regional de seu

estado. Muito conhecido no Piauí como chargista, atividade que exerce no jornal *Meio Norte*, Moisés está abrindo com a pintura nova vertente de trabalho. O convite para participar da mostra é descrito por ele como uma conquista de grande significado.

– Acima de tudo, é uma oportunidade de sair das fronteiras do Piauí, para ser visto num local de maior reconhecimento e que pode render novos contatos e experiências – comentou o artista nordestino.